

## HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

Ao Administrador Judicial da **Recuperação Judicial/Falência** (informar se é **Recuperação Judicial ou Falência**) da **(nome da empresa devedora)**

**(nome completo do credor)**, identidade nº **\_\_\_\_\_**, CPF/CNPJ nº **\_\_\_\_\_**, com endereço **\_\_\_\_\_**, e-mail **\_\_\_\_\_**, vem, com fundamento no artigo 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005, apresentar **HABILITAÇÃO DE CRÉDITO**, em razão de não constar da Relação de Credores apresentada no processo de **Recuperação Judicial/Falência** (informar se é **Recuperação Judicial ou Falência**) nº **\_\_\_\_\_** (completar o número do processo), pelas razões que passa a expor:

1- A Relação de Credores apresentada pela **recuperanda/falida** (informar se é **recuperanda ou falida**) do processo de **Recuperação Judicial/Falência** (informar se é **Recuperação Judicial ou Falência**) nº **\_\_\_\_\_** (completar o número do processo), deixou de listar o crédito do credor acima referido.

2- Ocorre que **(nome completo do credor)** é credor da empresa **(nome da empresa devedora)** da quantia de R\$ **\_\_\_\_\_** (indicar valor que o credor entende devido) oriundo de **\_\_\_\_\_** (informar a origem do crédito: contrato de prestação de serviço, fornecimento de matéria-prima, relação trabalhista, ações judiciais já liquidadas, etc.), correspondente à classe **\_\_\_\_\_** (colocar a classificação do crédito de acordo com o previsto no artigo 41 da Lei nº 11.101/2005 – crédito trabalhista, garantia real, quirografário ou ME e EPP).

3- Para tanto, apresenta-se em anexo os seguintes documentos comprobatórios de seu crédito:

**(indicar todos os documentos que serão anexados para comprovar o valor e origem do crédito)**

---

---

---

---

**ATENÇÃO!**

**A Habilitação deve estar instruída com todos os documentos necessários para a comprovação do crédito**, tais como: contrato de prestação de serviços, notas fiscais, faturas, solicitação de serviço, e-mails, decisões judiciais, cálculos judiciais, certidão de crédito emitida pelo Juízo, etc.

4- O valor do crédito pleiteado está consubstanciado na planilha de cálculos anexa, devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial/ falência, ocorrida em \_\_\_\_\_ (completar com a data do ajuizamento da recuperação judicial ou da decretação da falência).

### **ATENÇÃO!**

**O crédito deverá estar atualizado até a data do ajuizamento da recuperação judicial ou da decretação da falência**, em consonância com exigência prevista no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005 — ainda que o processo judicial que reconheceu o crédito tenha transitado em julgado posteriormente à distribuição da ação, ou mesmo que o contrato preveja incidência de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento. Divergências de créditos com valores atualizados de forma incorreta simplesmente não podem ser aceitas pelo administrador judicial, sob pena de desrespeito à legislação concursal.

5- Dessa forma, o valor/classificação/titularidade/outras dados devem ser incluídos na Relação de Credores da seguinte forma:

a. Credor: \_\_\_\_\_ (Nome completo do credor)

b. Origem do Crédito: \_\_\_\_\_ (informar a origem do crédito: contrato de prestação de serviço, fornecimento de matéria-prima, relação trabalhista, ações judiciais já liquidadas, etc.)

c. Classificação: \_\_\_\_\_ (colocar a classificação do crédito de acordo com o previsto no artigo 41 da Lei nº 11.101/2005 – crédito trabalhista, garantia real, quirografário ou ME e EPP).

d. Valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial/ falência, ocorrida em \_\_\_\_\_ (completar com a data do ajuizamento da recuperação judicial ou da decretação da falência).

6- Diante do exposto, requer que este Administrador Judicial se digne a receber a **HABILITAÇÃO DE CRÉDITO** em epígrafe, a fim de que inclua na Relação de Credores da Recuperação Judicial/Falência (informar se é Recuperação Judicial ou Falência) nº \_\_\_\_\_ (completar o número do processo) o crédito em nome do ora habilitante no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (indicar valor que o credor entende devido), na classe \_\_\_\_\_ (colocar a classificação do crédito de acordo com o previsto no artigo 41 da Lei nº 11.101/2005 – crédito trabalhista, garantia real,

quiografário ou ME e EPP), em consonância com documentos comprobatórios que acompanham a presente.

---

Nome do Credor / Advogado